

# A CONTRIBUIÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA E PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Juliana M. Cantarelli<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a contribuição de Florestan Fernandes não só para o ensino de sociologia, mas também, para a educação brasileira. Para tal, o artigo é dividido em 3 partes. Primeiramente trata do sociólogo Florestan Fernandes, que tendo nascido numa família humilde, filho de uma camponesa portuguesa que emigrou para o Brasil aos treze anos de idade, ele teve que largar os estudos e trabalhar desde cedo para ajudar a família. Porém, sua vida se transforma com o emprego de garçom em um bar, onde incentivado a estudar termina o ensino médio e inicia seus estudos no curso de Ciências Sociais na USP, onde se torna sociólogo e professor universitário. Na segunda parte o artigo trata do Florestan político que como militante e posteriormente deputado, defendeu a educação para as massas e a escola pública gratuita. Lutou por um ensino de qualidade, democrático e justo para todas as crianças e jovens do país, independente da classe social, bem como, pela inclusão da disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Para finalizar buscou analisar brevemente a disciplina de Sociologia no Brasil e seus percalços para a consolidação de sua obrigatoriedade no Ensino Médio, bem como, a participação de Florestan Fernandes nesse processo. Afinal, se hoje a disciplina de Sociologia está presente em todos os anos do Ensino Médio, muito se deve a Ele. Ele, que mesmo podendo “colher os frutos” da sua vitória pessoal, decidiu contrariar o mérito individual e lutar por uma sociedade mais justa e democrática, com uma escola que fizesse de todos os alunos verdadeiros cidadãos, tendo no seu currículo uma disciplina que contribuísse para tal - Sociologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Florestan Fernandes, Ensino de Sociologia, Educação Brasileira.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais – Licenciatura e Bacharelado (ULBRA, 2008), especialista em Metodologia de Ensino (FACINTER, 2010), Criança e Adolescente em Situação de Risco (UNIFRA, 2011), Educação para a Diversidade (UFRGS, 2013), Mestra em Educação (UFSM, 2012). Professora de Sociologia do Instituto Federal Farroupilha. Artigo apresentado para o curso de Especialização em Ensino de Sociologia (UFSM, 2015).

## **ABSTRACT**

This article aims to analyze the Florestan Fernandes contribution not only to the teaching of sociology, but also for the Brazilian education. To do so, the article is divided into 3 parts. First comes the sociologist Florestan Fernandes, who was born in a humble family, son of a Portuguese peasant who emigrated to Brazil at the age of thirteen, he had to leave school and work early to help the family. But his life turns to the waiter job at a bar where encouraged to study finishes high school and starts his studies in the course of Social Sciences at USP, where it becomes a sociologist and university professor. In the second part of the article deals with the political Florestan that as a militant and later deputy, he defended education for the masses and free public schooling. He fought for a quality education, democratic and fair for all children and young people of the country, regardless of social class, as well as the inclusion of sociology discipline in high school. Finally seek briefly analyze the sociology discipline in Brazil and its mishaps for the consolidation of its obligation in high school, as well as the participation of Florestan Fernandes in the process. After all, if today the discipline of Sociology is present in every year of high school, much is due to Him. He who even can "reap the fruits" of his personal victory, he decided to counteract individual merit and fight for a society more fair and democratic, a school that would make all students real citizens, and to his credit a discipline that contribute to such - Sociology.

**KEY WORDS:** Florestan Fernandes, Sociology of Education, Brazilian education.

## **1. INTRODUÇÃO**

Este artigo tem como objetivo analisar a contribuição de Florestan Fernandes não só para o ensino de sociologia, mas também, para a educação brasileira.

Para tal, o artigo é dividido em 3 partes. Primeiramente trata do sociólogo Florestan Fernandes, que tendo nascido numa família humilde, filho de uma camponesa portuguesa que emigrou para o Brasil aos treze anos de idade, ele teve que largar os estudos e trabalhar desde cedo para ajudar a família. Porém, sua vida se transforma com o emprego de garçom em um bar, onde incentivado a estudar termina o ensino médio e inicia seus estudos no curso de Ciências Sociais na USP, onde se torna sociólogo e professor universitário.

Na segunda parte o artigo trata do Florestan político que como militante e posteriormente deputado, defendeu a educação para as massas e a escola pública gratuita. Lutou por um ensino de qualidade, democrático e justo para todas as crianças e jovens do país, independente da classe social, bem como, pela inclusão da disciplina de Sociologia no Ensino Médio.

Para finalizar buscou analisar brevemente a disciplina de Sociologia no Brasil e seus percalços para a consolidação de sua obrigatoriedade no Ensino Médio, bem como, a participação de Florestan Fernandes nesse processo.

Sendo assim, entende-se que a partir da análise dos fatores acima mencionados poderá analisar a contribuição de Florestan Fernandes para o ensino da Sociologia e para a educação brasileira em geral. Afinal, sabe-se que para Florestan a educação e a Sociologia podiam ser instrumentos que levariam a uma sociedade mais justa e mais igual.

## **2. FLORESTAN FERNANDES: SOCIOLOGIA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO**

### **2.2 O Sociólogo Florestan Fernandes**

Florestan Fernandes nasceu em 22 de julho de 1920 em uma família humilde do Brás, bairro periférico de São Paulo.

Filho de Maria Fernandes, camponesa portuguesa, que emigrou para o Brasil, aos treze anos, era analfabeta e não possuía qualquer documento oficial, razão pela qual nunca tivemos certeza sobre a sua idade. Mulher trabalhadeira, batalhadora, decidida, inteligente, deslocava-se para qualquer lugar da cidade de São Paulo, de ônibus ou de bonde, graças a sua memória prodigiosa, pois, sabia ler números, decorou as placas de todos os ônibus e bondes da cidade! (Fernandes, 2007).

Desde criança Florestan teve que trabalhar para contribuir na renda familiar, com isso, aos oito anos abandonou a escola. Foi engraxate, auxiliar de alfaiate, encerador de casas, entregador de feira, e vários outros. Afirmava que não seria o sociólogo que se transformou se não tivesse o passado que teve. Também, se não tivesse recebido a socialização que recebeu, onde aprendeu duras lições de vida. “Portanto, (...) afirmo que iniciei minha aprendizagem aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto” ( Fernandes, 1977, p. 142).

Assim, ainda na infância sentiu como indivíduo o que mais tarde estudaria como teoria, a segregação dos diferentes, dos dois mundos como que separados por muros. Classes socialmente antagônicas, distintas, onde a riqueza e a miséria vivem “juntas e separadas” num mesmo país.

Mesmo tendo trabalhado em diferentes lugares e realizado vários serviços, foi o emprego de garçom em um bar que fez com que sua vida mudasse totalmente. Neste bar começou a participar de conversas com fregueses ilustres e pelo conhecimento demonstrado despertou o interesse e o carinho dos mesmos. Foi assim que um jornalista frequentador do local o convenceu a voltar a estudar, levando-o a matricular-se no curso “madureza”, posteriormente denominado supletivo, hoje educação de jovens e adultos.

Com o diploma em mãos inscreveu-se para o exame de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Eram 29 candidatos e somente 6 foram aprovados. Florestan Fernandes, aos vinte e um anos de idade, era um deles (FERNANDES, 2007).

Florestan transpassava o muro que separava os dois mundos, sem esquecer que ele seria apenas um em um milhão de outros sem as mesmas oportunidades. Deste modo, manteve em toda sua vida um compromisso ético e político com os menos favorecidos, sempre lutando contra a ideologia do mérito e do esforço pessoal, que a classe dominante gosta de usar quando se refere a ele (FERNANDES, 2007).

Ao ingressar neste novo mundo, o da academia, vê-se seduzido pelos estudos sobre a sociedade, o que o faz ser inserido em um novo perfil intelectual. Contempla em suas interpretações a formação, bem como as lutas e perspectivas do Brasil. Um povo mesclado por índios, portugueses, africanos escravizados, europeus, árabes e asiáticos, todos vindo para trabalhar, formando-se assim primeiramente uma sociedade de castas e posteriormente, a de classes (IANNI, 1996 ).

Desse modo, sem esquecer-se dos clássicos internacionais, dialoga com autores brasileiros já conceituados. Assim, inaugura uma nova explanação do Brasil, interpretando a realidade social refletida teoricamente.

Sua extensa obra traz vários dilemas teóricos e históricos que perpassam a responsabilidade do cientista, até a educação popular. Com isso, inaugura uma nova época para a sociologia brasileira – a Sociologia crítica -, refletindo e questionando o pensamento e a realidade social. Com uma nova forma de pensar a sociedade e seus movimentos permite “conhecer o presente, repensar o passado e imaginar o futuro” (IANNE, p. 2 ano ).

Toda sua produção intelectual está impregnada de um estilo de reflexão que questiona a realidade social e o pensamento. As suas contribuições sobre as relações raciais entre negros e brancos, por exemplo, estão atravessadas pelo empenho de interrogar a dinâmica da realidade social, desvendar as tendências desta e, ao mesmo tempo, discutir as interpretações prevalentes. (...) A perspectiva crítica está presente em toda a sua produção intelectual, incluindo obviamente o ensino, a conferência, o debate público (IANNI, 1996, p.26).

Torna-se defensor da escola pública, fazendo da educação um dos temas centrais da sua vida, defendendo que não existiria Estado ou mesmo sociedade democrática se a educação não fosse realizada através de escolas públicas gratuitas.

Suas ideias tiveram seguidores e, em vista disso, foi realizado em São Paulo a 1ª Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública. Tinha como objetivo central lançar uma campanha em defesa de um ensino público e de qualidade. Para isso nomes influentes da educação se fizeram presentes, como Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Fernando Henrique Cardoso<sup>2</sup>.

A militância política partidária não era de interesse de Florestan. Quando Fernando Henrique começou a participar mais ativamente da política ele não concordou, pois acreditava que tal fato o desviaria dos objetivos do trabalho acadêmico.

Florestan viveu durante certo tempo o dilema de combinar o exercício da atividade acadêmica e a militância política. (...) Essa divisão entre o militante político e o professor universitário, se o professor tinha ou não o direito de expor aos alunos suas convicções políticas em sala de aula, se era compatível o magistério e o empenho político ficou em aberto, cada um adotou a postura que considerava conveniente (CERQUEIRA, 2004, p. 41).

Após profunda reflexão não aderiu à vida política naquele momento. Decidiu-se pela Universidade, pela construção do núcleo de estudos das ciências sociais e pela contribuição na formação de uma geração de acadêmicos cientistas.

Em 1944, Florestan foi convidado por Hermínio Sacchetta, então diretor da Editora Fama, para traduzir o livro de Karl Marx - Contribuição à crítica da economia política. Escreveu, junto com a tradução, uma introdução que foi elogiada por intelectuais da época. "Foi essa realização que marcou sua trajetória de sociólogo,

---

<sup>2</sup> O sociólogo e ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso foi aluno de Florestan Fernandes, com quem desenvolveu uma amizade que se consolidou e permaneceu ao longo da vida, apesar das diferenças ideológicas e políticas surgidas ao longo do caminho.

quando encontrou em Marx a riqueza e a modernidade de um pensador contemporâneo que o fascinou”(CERQUEIRA, 2004, p. 45). Assim, dialogou com as obras de Marx, Engels, Lenin, Trotsky e Gramsci, entre outros (IANNI, p. 30, 1996).

Em 1946 escreveu sua dissertação de mestrado - “A organização social dos Tupinambá” que lhe garantiu o título de mestre em Antropologia pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Já 1951, com o trabalho A função social da guerra na sociedade Tupinambá conquistou o título de doutor em Sociologia. “Em 1953 tornou-se livre-docente da cadeira de Sociologia I da FFCL/USP, com a tese que resultou no livro O método de interpretação funcionalista na Sociologia”(CERQUEIRA, 2004, p. 47).

Entre 1960 e 1961, participa da campanha “Em defesa da escola pública”, juntamente com educadores e intelectuais importantes do país. Em Brasília, onde esteve com uma delegação do movimento, procurou obter o compromisso dos parlamentares e do presidente da República João Goulart, para que votassem o projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), apoiado pelo movimento. Este projeto já tramitava no Congresso Nacional, o qual promovia a educação pública e gratuita para todos os brasileiros. Juntamente com este projeto, concorria outro substitutivo, do deputado Carlos Lacerda, que foi elaborado com um grupo de educadores leigos e católicos, ligados ao ensino privado e confessional, sendo que baseado neste se deu à aprovação da LDB - Lei n. 4.024/61.

Com o início do regime militar, o grupo da USP do Florestan fazia parte foi desarticulado, sofrendo um grande impacto. Uma vasta gama de produção científica de toda universidade, que vivia sua afirmação como instituição autônoma e importante para o crescimento do país, foi interrompida. “Professores foram afastados das atividades acadêmicas, Florestan foi preso, em 1964, expulso da USP e exilado no Canadá, onde passou a dar aulas em Toronto” (CERQUEIRA, 2004, p.91).

De volta ao Brasil, em 1972, após longo exílio no Canadá, Florestan recusou uma oferta de trabalho do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Uma instituição financiada pela Ford Foundation, voltada para a reflexão no campo das ciências humanas, mais especificamente a sociologia e a economia. Sobre a recusa, argumentou que era inadmissível colocar sua inteligência a serviço de um projeto dos EUA. Em seguida, foi convidado por Dom Paulo Evaristo Arns para

lecionar na PUC, onde organizou um curso que aproveitava sua experiência e o dilema de ensinar, após suas tensões e frustrações (CERQUEIRA, 2004).

Em 1974, Florestan publica “A revolução burguesa no Brasil”. Esse foi um dos cinco livros brasileiros mais importantes escritos nos últimos cinquenta anos. No livro, buscou esmiuçar os limites do liberalismo no Brasil. Porém, lamentou por não ter tido tempo suficiente para dedicar-se como gostaria e aprofundar suficientemente as questões tratadas no livro. Seu tempo ficou reduzido devido a “sua dedicação às atividades ligadas ao ensino, seu envolvimento no movimento universitário, entre 1967 e 1968, e posteriormente seu afastamento da USP e o exílio, entre 1969 e 1972” (CERQUEIRA, 2004, p. 74).

Segundo Cerqueira (2004), Florestan enfrentou a ditadura militar tanto no terreno intelectual como político, pois conseguiu expor as contradições do regime e deixar para as futuras gerações análises econômicas, políticas e sociais desse período, bem como, obras que continuam sendo importantes para a Sociologia, a Antropologia e a pesquisa científica brasileira.

Em 1990 Florestan Fernandes foi agraciado com o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra, sendo o primeiro brasileiro a receber tal honraria (CERQUEIRA, 2004).

## **2.2 Florestan Fernandes e a militância política**

Mesmo imbuído com outros trabalhos Florestan estava sempre atento aos fatos políticos no Brasil e no mundo. Desse modo, mesmo relutante, sentiu a necessidade de inserir-se no mundo da política.

Iniciou sua caminhada militando no Partido Socialista Revolucionário (PSR) onde juntamente com outros membros produziram o documento: “Anteprojeto Técnico Eleitoral”, divulgado em 1945, criticando o Estado Novo e reivindicando eleições presidenciais e parlamentares, bem como, a Constituinte de 1946.

Todavia, foram os conflitos e problemas enfrentados na ditadura militar que se transformaram em um marco na vida de Florestan Fernandes. Em função disso estreitou ainda mais seus vínculos com a esquerda defendendo ativamente a democracia brasileira.

O movimento sindical e universitário começava a ganhar força no final da década de 1970. Com isso, os caminhos para o crescimento e consolidação de

aliança entre trabalhadores do campo e da cidade começavam a se fortalecer para lutar contra o quadro político vigente. Nesse cenário, em 1978, Florestan filiou-se ao recém-fundado Partido dos Trabalhadores (PT).

Mesmo não sendo o partido sonhado por Florestan, ele considerava o mais perto das condições de luta pelos trabalhadores. Assim, em 1986, candidatou-se a deputado federal sendo eleito com 50.024 votos, o quarto deputado mais votado do seu partido. Nesse mandato participou da elaboração da nova constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã.

Misto de satisfação e preocupação norteava os que haviam sofrido com a ditadura militar, pois agora o destino de uma nova nação estava por surgir. Porém, para Florestan aquele caminho que se iniciava poderia levar o país ao Estado democrático de direito almejado ou a uma situação de consolidação do conservadorismo, e com isso mais dificuldades para as mudanças necessárias.

Considerada por muitos analistas da época como a fase mais crítica, desencadeada pela insegurança presente em relação ao futuro político do país, a transição se prolongou e a elite política conseguiu o que queria, manteve a ordem conveniente aos seus interesses.

Florestan considerava a Constituinte 'uma oportunidade rara para a burguesia', dizia. As condições eram ideais para se tentar amenizar as distorções do "capitalismo atrasado" vigente no país, antes que fosse sucumbida pela crise econômica e pela barbárie. Para ele, com esse dilema e a fragilidade do governo restava a Constituinte. Dizia que a conciliação em curso era conservadora e repetia a tradição histórica, porque levava em conta apenas os interesses do setor econômico (CERQUEIRA, 2004, p. 138).

Com todos os fatos que estavam ocorrendo Florestan percebeu que a força da esquerda era pequena. Constatou o que já imaginava, ou seja, que os interesses dos grandes proprietários de terra, industriais, comerciantes, banqueiros, etc. tinham muita força e não estavam alinhados com as questões que envolviam a redemocratização da sociedade (CERQUEIRA, 2004).

Apesar disso Florestan não desanimou e fez do congresso um laboratório para conhecer o Brasil através das amarras do poder, podendo analisá-lo melhor. Com isso, foi um dos parlamentares mais assíduos do Congresso, chegando sempre na hora certa nas sessões, sentando na primeira fila, e, mesmo com o plenário, muitas vezes, praticamente vazio, ouvia atentamente os oradores. "Às vezes procurava o orador para conversar sobre o tema do discurso. Tentava assimilar os

complicados artifícios e as regras “não escritas” praticadas no Congresso e dizia que sua preocupação maior, entretanto, era não ficar isolado do nicho do PT” (CERQUEIRA, 2004, p. 141, 142).

Algumas situações o incomodavam bastante, mesmo assim não desistiu e cumpriu todas as suas obrigações com disciplina, determinação e dedicação, como o fez também como sociólogo.

Deu atenção especial ao movimento nacional pela educação pública e gratuita, participando ativamente da articulação do Fórum Nacional da Educação, que se transformou na base de apoio para garantir as reivindicações do movimento de professores e estudantes. Florestan não só foi o porta-voz do movimento no Congresso Constituinte, mas também um militante ativo que se desdobrou em discursos, artigos de combate nos jornais e palestras nos mais variados fóruns em viagens pelo país (CERQUEIRA, 2004, p.143).

Mesmo com seus discursos de esquerda, Florestan mantinha o respeito de seus adversários que procuravam ouvi-lo em vários assuntos, especialmente sobre educação. Além da inteligência e simplicidade, era um homem de fala calma, gentil e generoso. Conhecia bem o segredo das palavras e o poder dessas quando usadas na hora e no momento adequado. Por isso, seus escritos e discursos tinham as palavras escolhidas com cuidado e atenção (CERQUEIRA, 2004).

Florestan apresentou 96 emendas a Constituição. Dessas, 34 foram aprovadas. A educação como direito inalienável do cidadão e dever do Estado, visando o desenvolvimento pleno da personalidade humana, a aquisição de aptidões para o trabalho, a formação de uma consciência social crítica e a preparação para a vida, em uma sociedade democrática foi proposta de Florestan, nestes termos, e aprovada com redação um pouco diferente, mas com preservação do seu mérito (CERQUEIRA, 2004, p. 154).

Florestan garantiu através de uma emenda de sua autoria o ensino ministrado em português para todos os níveis. Garantiu também o direito aos índios para que o ensino fosse ministrado em línguas nativas.

A autonomia universitária, uma das aspirações da comunidade acadêmica, correspondente a autonomia didático - científica, administrativa e financeira, associa o ensino à pesquisa, à extensão e - o mais importante - à democratização efetiva da universidade, através da autogestão, do estabelecimento de critérios públicos e transparentes, com a participação dos docentes, alunos e funcionários. A proposta de Florestan, nesses termos, foi aprovada e incorporada ao texto constitucional (CERQUEIRA, 2004, p. 154).

As emendas apresentadas por Florestan que não foram aprovadas, na sua maioria iam contra o interesse de grupos privados e poderosos. Exemplo disso é a

emenda que tentou quebrar o monopólio privado dos meios de comunicação. No Congresso estabeleceu a “ligação entre a bancada e o movimento nacional pela educação pública e gratuita. Recebeu e deu atenção especial aos professores, estudantes e militantes de outros setores interessados na discussão das propostas relativas à educação” (CERQUEIRA, 2004, p 156).

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, Florestan começou uma nova “empreitada” mais uma vez envolvendo a educação: contribuir para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Também, participar da campanha eleitoral à presidência da República que tem como candidato um operário, além de ser a primeira eleição direta depois de anos governados pela ditadura militar.

Segundo Cerqueira (2004, p 157), “a discussão da LDB teve início em dezembro de 1988. Um processo difícil, não só por se tratar de uma matéria complexa, mas por envolver concepções ideologicamente conflitantes sobre a educação no âmbito da Câmara de Educação”.

Este período inicial de discussões em torno da LDB foi difícil devido aos obstáculos, interesses e posicionamentos divergentes que tiveram que enfrentar. Contudo, Florestan participou ativamente dando estabilidade e segurança, delimitando o comportamento dos parlamentares envolvidos com a defesa do ensino público e gratuito. Nesta fase reconheceu suas habilidades de negociador, indo para votação somente quando não havia mais possibilidades de acordo (CERQUEIRA, 2004).

No final desse processo foram preservados os principais eixos do projeto original, apoiado pelo Fórum, que resultou numa lei de visão sistêmica da educação, ficando clara a opção pela escola pública e pela democratização da educação no Brasil. O país estava saindo de um regime autoritário e necessitando de uma LDB que removesse as estruturas que impediam o livre funcionamento do sistema educacional. O projeto refletiu o esforço pela democracia que a própria sociedade envidava naquele momento (CERQUEIRA, 2004, p. 160).

Segundo Cerqueira (2004), com as eleições de 1990, o quadro político se modifica, visto que, muitos deputados não se reelegeram. Florestan mesmo enfrentado dificuldades com seu estado agravado de saúde, bem como, com a disputa acirrada com os colegas candidatos dentro do próprio partido, se manteve firme, pois tinha um compromisso histórico com a educação e queria contribuir na

conclusão da elaboração da LDB. Apesar de vários percalços, foi reeleito com 27.676 votos. Mesmo debilitado tentou trabalhar como de costume e cumpriu o seu segundo mandato entre a Câmara e o hospital.

### **2.3 A disciplina de Sociologia no Brasil**

Apesar de todo o esforço em relação à obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no Brasil, por muito tempo ela se encontrou em movimentos pendulares de inclusão e exclusão do currículo do Ensino Médio. Esse fato é comprovado pela história da disciplina, evidenciado nesse trabalho com a luta pelo seu retorno ocorrido em 1949, quando Antônio Cândido no Simpósio “O ensino de Sociologia e Etnologia”, defende o retorno da Sociologia. Já em 1955, Florestan Fernandes discute no Congresso Nacional as possibilidades da disciplina no Ensino Médio.

Entretanto, com o golpe militar de 1964 instalou-se um regime repressor, onde eram controlados além dos meios de comunicação, também os sindicatos, universidades, organizações estudantis e de trabalhadores. Em relação à educação, as reformas realizadas pelos militares tinham o mesmo intuito que as dos outros setores, ou seja, relacionar o ensino diretamente com o mercado de trabalho, novos hábitos de consumo, repressão, controle político-ideológico, sempre atendendo os interesses econômicos vigentes; tanto que todo o planejamento da educação era realizado por economistas (SHIROMA, 2004).

No auge do autoritarismo militar, em 1971, foi promulgada a nova LDB, Lei n 5.692/71, chamada reforma Jarbas Passarinho, que modificou toda a estrutura da educação, relacionando-a diretamente ao trabalho. Com isso, estabelece o 2º grau profissionalizante com seu currículo dividido em núcleo comum, mínimos profissionalizantes e parte diversificada. A lei mantém a Sociologia em caráter optativo, marcada por uma expectativa técnica (BRASIL, 2006).

Shiroma (2004) relata que, mesmo havendo possibilidade de incluir a Sociologia na parte diversificada do currículo, as escolas recebiam orientações pela inclusão de disciplinas com aplicação prática dos conteúdos estudados. Desse modo, a Sociologia não aparece em nenhum currículo do 2º grau até 1982.

Na passagem da década de 1970 a 1980, o regime militar entra em crise de legitimidade devido aos anseios pela democracia e também pelo fracasso das políticas sociais e econômicas. O ensino profissionalizante do 2º grau não conseguiu

alcançar seus objetivos, pois não preparava para o mercado de trabalho e nem para a continuidade dos estudos, deixando este, então, sem uma referência concreta. Com isso, em 1982, o governo flexibiliza a lei e revoga a obrigatoriedade do ensino profissionalizante, possibilitando a diversificação curricular (BRASIL, 2006).

Neste período de transição democrática o Brasil começa a elaborar sua nova Constituição que foi promulgada em 05 de outubro de 1988. Contendo e ainda em vigor, o artigo 22, que declara: “Compete privativamente à União legislar sobre: XXIV – diretrizes e bases da educação nacional.”, sendo esta uma reivindicação da comunidade educacional – fazendo parte Florestan Fernandes -, que se encontrava fortemente mobilizada, organizada e preocupada com os rumos da educação.

Segundo Saviani (2001), a comunidade escolar lutava por uma educação que incorporasse uma perspectiva crítica no ensino, contrariando a concepção liberal até então vigente. Além disso, a Lei 9.394/96 decorre de maneira diferente da maioria dos projetos que são enviados pelo executivo, partindo do legislativo e sendo formulado pela comunidade educacional; fato que acarretou atribulações no seu percurso.

Concomitantemente com a Constituição, iniciava-se um movimento em torno da elaboração das novas diretrizes e bases da educação nacional. Este fez surgir à ideia da publicação de um artigo sobre o tema na revista da Associação Nacional de Educação (ANDE) nº 13. Com isso, iniciou-se a elaboração do projeto original da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (SAVIANI, 2001).

Conforme Saviani (2001), com a promulgação da Constituição Federal em outubro de 1988, o deputado Octávio Elísio – PSDB / MG apresenta em dezembro do mesmo ano, na Câmara Federal o projeto de lei n 1.258-A/88. Esse constituído pelo artigo integral da publicação da revista da ANDE nº 13, pp. 5-14, com o título IX – Dos recursos para a educação, ampliado de sete para dezenove artigos.

A partir de então uma série de emendas foram apresentadas por deputados de vários partidos políticos, além de sugestões de diferentes segmentos da sociedade de muitos locais do país, sendo todas levadas a análise do relator, deputado Jorge Hage / BA – tornando assim a discussão aberta e democrática.

Conforme Santos (p. 13), “a partir de 1989, as reivindicações em torno do ensino de Sociologia são postas no âmbito do Congresso Nacional, em função do início da tramitação do projeto da nova LDB.”

Em 28 de junho de 1990, após tratativas e negociações, a Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o substitutivo conhecido como Jorge Hage, que continha 172 artigos ordenados em XX (vinte) capítulos. O capítulo X – Do ensino médio; considerava como objetivos específicos;

artigo 51: III - o desenvolvimento da capacidade de pensamento autônomo e criativo; e no artigo 52: I – [...] compreensão do significado da ciência, das letras e das artes, o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura e a língua portuguesa como instrumento de comunicações, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.( SAVIANI, 2001, pp.70 - 125 )

Sendo assim, neste projeto, a Sociologia não aparece de forma direta, mas tem sua inclusão prevista de maneira implícita.

Em fevereiro de 1991, conforme Saviani (2001), com o início de uma nova legislatura no Congresso Nacional, composta por uma grande maioria conservadora que inclusive presidia várias comissões defendendo os interesses privados na educação, o projeto aprovado recebeu 1.263 emendas. Isso ocorreu como pretexto para determinar a volta do mesmo para as comissões agora presididas por novos deputados.

Após negociações é aprovado, no dia 13 de maio de 1993, o projeto-substitutivo da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, que segundo Santos (p. 13), “continha uma emenda do deputado Renildo Calheiros do PC do B de Pernambuco que tornava o ensino de Sociologia obrigatório no 2º grau.” Assim, estava finalizada a etapa correspondente às iniciativas da Câmara dos Deputados; a partir de então, as ações se transferiam para o Senado Federal.

Conforme determina a legislação cabia agora ao Senado Federal dar continuidade ao andamento do projeto, que naquela Casa passou a ser identificado como PLC, Projeto de Lei da Câmara n 101 de 1993. Foi designado relator da Comissão de Educação o senador Cid Sabóia – PMDB/CE, que procurou de forma democrática ouvir todos os setores que pudessem contribuir para a melhoria do projeto. Assim, foram incorporados alguns itens do Projeto de Lei do Senado n 65 de 1992, de autoria do senador Darcy Ribeiro – PDT/RJ, porém, mantendo a estrutura do projeto original (SAVIANI, 2001).

Porém, a impressão de tranquilidade e a confiança da aprovação fizeram com que o projeto fosse encaminhado ao Plenário do Senado. Todavia, com a posse de novos deputados e senadores resultantes das eleições, o cenário do congresso e do

senado foi modificado, visto que, 60% dos deputados constituintes não foram reeleitos, incluindo Jorge Hage e Octavio Elísio, ambos relatores dos projetos de LDB/96 (PERONI, 2003).

Soma-se a esses fatos a posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito do resultado da aliança de centro - direita com a coligação PSDB – PFL. Esse empossa como ministro da educação o senhor Paulo Renato Costa Souza que já havia participado do MEC com José Goldenberg no governo Collor, prestando acessória ao projeto Darcy Ribeiro, ficando assim evidente que essa gestão iria interferir nos rumos da LDB. Além disso, com o apoio das duas Casas o governo teria total condição de implantar sua política educacional dos moldes neoliberais (SAVIANI, 2001). Assim, o governo passa então a editar medidas provisórias, indicativo de que realmente não apoiava o projeto de lei da Câmara Federal (PERONI, 2003).

Desta forma, contendo uma estrutura baseada no primeiro projeto de Darcy Ribeiro, sintonizando-o com as políticas educacionais do governo Fernando Henrique, o projeto aprovado retorna à Câmara dos Deputados na forma do substitutivo Darcy Ribeiro. No dia 17 de dezembro de 1996, foi sancionado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, sem nenhum veto. Para Saviani (2001), este foi um fato raro na história da política educacional brasileira, sendo que ocorreu somente com a lei 5.692/71 durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, sob cujo autoritarismo a oposição estava inteiramente silenciada. Porém, explicável já que se pode considerar o MEC co-autor do texto e também lembrando a satisfação com que essa aprovação foi recebida pela iniciativa privada. Segundo Peroni (2003), o projeto aprovado pelo senado foi visto como ilegítimo por vários setores educacionais que o contestaram, visto que, acreditavam ser uma grande interferência no processo democrático brasileiro.

Segundo Shiroma (2004), diferente da reforma dos anos de 1970, a de 1990 não foi imposta. Foi se infiltrando através da mídia, sendo defendida pelo senso comum através de formadores de opinião pública. Disfarçadamente teve como objetivo impor a mercantilização da educação.

Esse fato causou em Florestan uma grande decepção, visto que, ele sonhava oferecer ao Brasil uma lei com premissas básicas para a reforma do sistema educacional, adequada às necessidades da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Florestan Fernandes foi um defensor de muitas causas, todas em prol dos menos favorecidos. Lutou por uma educação pública, gratuita e de qualidade, para todos brasileiros e brasileiras, independentes de sua condição financeira, social e cultural.

Desse modo, usá-lo como referencial teórico nas aulas da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, divulgando e transmitindo, além dos conhecimentos e das contribuições de seus estudos, também a história de sua vida, pode ser uma contribuição de grande importância para estudantes. Afinal, sua história é similar com a realidade de muitas crianças e jovens brasileiros, que desde cedo precisam lutar pela sobrevivência e também para manter a dignidade de ser humano. Felizmente Florestan venceu, porém o próprio autor dizia que era apenas um na grande maioria que não tem o mesmo destino.

Portanto, estudar Florestan pode ser, além de transmissão de conhecimentos importantes, também uma forma de valorizar sua vida, sua história, sua luta, suas conquistas e suas perdas. Afinal, se hoje a disciplina de Sociologia está presente em todos os anos do Ensino Médio, muito se deve a Ele. Ele que, mesmo podendo “colher os frutos” da sua vitória pessoal, decidiu contrariar o mérito individual e lutar por uma sociedade mais justa e democrática, com uma escola que fizesse de todos os alunos verdadeiros cidadãos, tendo no seu currículo uma disciplina que contribuísse para tal - Sociologia. Essa, depois de tantas lutas vem ganhando espaço e se efetivando como uma disciplina capaz de contribuir profundamente para a educação tão sonhada por Florestan.

Florestan que faleceu no dia 10 de agosto de 1995, após submeter-se a um transplante de fígado onde foi vítima de erro médico, o que provocou uma embolia gasosa maciça, seis dias após o transplante.

[ ]foi velado no Salão Nobre da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. O velório reuniu familiares, intelectuais, lideranças do PT, do movimento social e a primeira-dama, Ruth Cardoso, sua ex-aluna na década de 1950, que representou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao lado do caixão, duas bandeiras vermelhas, uma do PT e outra do movimento dos Sem Terra, acompanhadas por uma coroa de flores vermelhas em formato de estrelas, rodeadas de rosas brancas, simbolizavam suas profundas ligações com a luta dos de baixo, como dizia. No final do velório, ele foi homenageado por professores, ex-alunos, intelectuais, companheiros da esquerda e representantes do movimento negro (CERQUEIRA, 2004, p.175).

Em 2006, Florestan Fernandes foi escolhido pelo Congresso Nacional o Patrono da Sociologia do Brasil. A escolha deve-se ao fato da sociologia brasileira estar amplamente marcada por sua obra. Primeiro, em função da construção da sociologia como um sistema de pensar a realidade social. Segundo, porque cria um novo estilo de pensamento na sociologia brasileira, através da sociologia crítica (IANNI, 1996).

Portanto, mesmo após aproximadamente 20 anos de sua morte, Florestan Fernandes continua sendo uma figura histórica e importante para a Sociologia brasileira. Afinal, através dele a Sociologia atingiu maior visibilidade e se concretizou como uma ciência importante no processo de estudos e desenvolvimento do país.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Senado. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 26 dez. 1996.
- CERQUEIRA, Laurez. **Florestan Fernandes: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- EVANGELISTA, Olinda; MORAES, Maria Célia Marcondes; SHIROMA, Eneida Oto. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- FERNANDES, Heloísa Helena. **Florestan Fernandes, sociologia, socialismo e religião**. 1º Seminário Nacional Cantando as Diferenças, Universidade Luterana do Brasil, 2007.
- FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. Avaliação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Belo Horizonte: Associação Profissional dos Docentes da UFMG – Seção Sindical da Andes, 1997.
- FREITAG, Barbara. **Florestan Fernandes: revisitado**. Estudos avançados 19. 2005.
- IANNI, Octávio. **A Sociologia de Florestan Fernandes**. Estudos avançados 10. 1996.
- PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e o papel do Estado: no Brasil dos anos de 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas** 7ª ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

